



PRINDA DUTRA SABBADO
AVI VIEIRA KNORR
AGNER DE MOURA DA CUNHA
OSSÉLE LIMA VIEIRA RONDAN
PAULO SÉRGIO AMARO RODRIGUES
ANIELLI CAETANO RODRIGUES

**IMAGEM SOCIAL SOBRE
A SEGURANÇA PÚBLICA
BRASILEIRA: REVISÃO
SOBRE ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES**

1.ª EDIÇÃO
ISBN: 978-65-84809-74-1

São Paulo | 2023



ANDA DUTRA SABBADO
VI VIEIRA KNORR
NER DE MOURA DA CUNHA
SÉLE LIMA VIEIRA RONDAN
ULO SÉRGIO AMARO RODRIGUES
IELLI CAETANO RODRIGUES

1.^a EDIÇÃO

ISBN: 978-65-84809-74-1

IMAGEM SOCIAL SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA: REVISÃO SOBRE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

São Paulo | 2023

1.^a edição

**IMAGEM SOCIAL SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA
BRASILEIRA: REVISÃO SOBRE ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES**

ISBN: 978-65-84809-74-1



Arinda Dutra Sabbado
Davi Vieira Knorr
Fagner de Moura da Cunha
Josséle Lima Vieira Rondan
Paulo Sérgio Amaro Rodrigues
Ranielli Caetano Rodrigues

**IMAGEM SOCIAL SOBRE A SEGURANÇA
PÚBLICABRASILEIRA: REVISÃO SOBRE ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES**

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHE
2023

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença



Creative Commons Internacional (CC BY- NC 4.0).

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I31 Imagem social sobre segurança pública brasileira [livro eletrônico] :
revisão sobre algumas considerações / Arinda Dutra Sabbado...
[et al.]. – São Paulo, SP: Arche, 2023.
67 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84809-74-1

1. Segurança pública – Brasil. 2. Crime – Aspectos sociais.
I. Sabbado, Arinda Dutra. II. Knorr, Davi Vieira. III. Cunha, Fagner de
Moura da. IV. Rondan, Josséle Lima Vieira. V. Rodrigues, Paulo
Sérgio Amaro. VI. Rodrigues, Ranielli Caetano.

CDD 364.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE cancelada pela Editora Arche.

São Paulo- SP

Telefone: +55 (11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*® 2023 dos autores.
Direito de edição reservado à Revista REASE.
O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva
responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).
As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações
e referencial bibliográficos são prerrogativas de cada autor
(es).

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Me. Andrea Almeida Zamorano, SPSIG

Me. Victorino Correia Kinhama, Instituto Superior Politécnico do Cuanza-Sul,
Angola

Esp. Ana Cláudia Néri Bastos, PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo, Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Marcel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente ao sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul pela oportunidade de trabalho a nós confiado, pois a partir desse marco inicial, nosso trabalho foi possível discutir sobre assuntos tão complexos e ao mesmo tempo tão importantes para uma imagem social significativa para a segurança pública.

Agradecemos também todas as instituições aqui já citadas, por permitir que discussões tão pertinentes ao nosso trabalho fossem aceitas, pois nem todas as instituições de ensino estão preparadas para refletir sobre segurança pública.

Agradecemos a todos os colegas envolvidos nessa discussão, pois cada um trouxe uma contribuição significativa para esse estudo.

Agradecemos também todos familiares que entendem nossas ausências exigida pelo trabalho, bem como para discussão e construção desses estudos realizados como forma complementar de nossas carreiras.

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

Com muito prazer que hoje eu venho apresentar para vocês um livro incrível sobre um tema muito importante e atual: a imagem social sobre a segurança pública brasileira.

Como todos nós sabemos, a segurança pública é um assunto que está sempre em pauta na mídia e na sociedade em geral. Infelizmente, a imagem que temos sobre a segurança pública brasileira não é das melhores. A sensação de insegurança e medo é constante em muitas regiões do país, e a falta de confiança nas instituições responsáveis pela segurança pública é um problema grave que afeta a todos nós.

Contudo, surge a questão: O que podemos fazer para mudar essa realidade? Como podemos promover uma imagem mais positiva sobre a segurança pública brasileira? É isso que este livro se propõe a discutir com toda a sociedade.

Ao longo de suas páginas, você irá encontrar uma análise aprofundada da imagem social sobre a segurança pública brasileira, explorando as principais causas e consequências desse problema. Além disso, o livro apresenta boas práticas em segurança pública no orbe brasileiro, que podem nos inspirar a promover mudanças positivas em nosso próprio contexto.

Os autores desta obra são especialistas em segurança pública, com vasta experiência no assunto. Eles apresentam uma abordagem crítica e reflexiva sobre o tema, trazendo *insights* valiosos que certamente irão enriquecer o debate sobre segurança pública em nosso país.

Portanto, se você se preocupa com a segurança pública no Brasil e quer contribuir para uma imagem mais positiva sobre essa questão tão importante, eu recomendo fortemente a leitura deste livro. Com certeza, você irá se surpreender com o que vai encontrar aqui e sairá ainda mais

motivado a promover mudanças em sua própria comunidade.

Deseja para todos uma ótima leitura!

Os autores,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
MÉTODO	22
DISCUSSÃO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
ÍNDICE REMISSIVO	

**IMAGEM SOCIAL SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA
BRASILEIRA: REVISÃO SOBRE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

SOCIAL IMAGE ABOUT BRAZILIAN PUBLIC SAFETY:
REVIEW ON SOME CONSIDERATIONS

IMAGEN SOCIAL SOBRE LA SEGURIDAD PÚBLICA
BRASILEÑA: REPASO SOBRE ALGUNAS CONSIDERACIONES

RESUMO

Em *Imagem social sobre a Segurança Pública brasileira: revisão sobre algumas considerações* se tem como objetivo de compreender a imagem social atual da segurança pública brasileira a partir de alguns recortes de publicações a respeito, para então se responder ao questionamento: Quais aspectos contributivos corroboram com a imagem não tão positiva sobre a segurança pública no Brasil? As possíveis respostas e esclarecimentos são construídas a partir da metodologia da pesquisa bibliográfica, de abordagem explicativa na linha qualitativa, orientadas por Deslandes, Cruz Neto e Minayo (1994), pois os autores aconselham para esse caso a revisão em publicações já realizadas para que se consiga entender certas realidades já decodificadas, problemas apontados, entre outros recursos, que favorecerão a construção das ideias do aluno-pesquisador. Concluiu-se, provisoriamente, que a imagem delegada à Segurança Pública é histórica e se perpetua no tempo, refletindo o desmazelo com que é tratada: sem investimentos, inovações significativas, etc. e que os efeitos emergem a partir da corrupção, ininteligência e opressão, e, também, porque ela não acompanha o perfil social vigente, procurando combater por força e não trabalhar de forma solidária e pacífica a partir da racionalidade à solução de conflitos.

Palavras-chave: Segurança Pública. Imagem. Gestão.

ABSTRACT

Social image on Brazilian Public Security: review of some considerations, the objective is to understand the current social image of Brazilian public security based on some excerpts from publications about it, in order to then answer the question: What contributory aspects corroborate with the not-so-positive image of public safety in Brazil?. The possible answers and clarifications are constructed from the methodology of bibliographical research, with an explanatory approach in the qualitative line, guided by Deslandes, Cruz Neto and Minayo (1994), since the authors advise, for this case, the review of publications already carried out so that be able to understand certain realities already decoded, problems pointed out, among other resources, that will favor the construction of the student-researcher's ideas. It was provisionally concluded that the image delegated to Public Security is historical and perpetuated over time, reflecting the carelessness with which it is treated: without investments, significant innovations, etc. and that the effects emerge from corruption, lack of intelligence and oppression, and also because it does not follow the current social profile, seeking to fight by force and not work in solidarity and peacefully from rationality to conflict resolution.

Keywords: Public security. Image. Management.

RESUMEN

Imagen social sobre la seguridad pública brasileña: revisión de algunas consideraciones, el objetivo es comprender la imagen social actual de la seguridad pública brasileña a partir de algunos extractos de publicaciones sobre ella, para luego responder a la pregunta: ¿Qué aspectos contribuyentes corroboran con la ¿imagen no tan positiva de la seguridad pública en Brasil? Las posibles respuestas y aclaraciones se construyen a partir de la metodología de la investigación bibliográfica, con un enfoque explicativo en la línea cualitativa, guiada por Deslandes, Cruz Neto y Minayo (1994), ya que los autores aconsejan, para este caso, la revisión de publicaciones ya realizadas. para poder comprender ciertas realidades ya decodificadas, problemas señalados, entre otros recursos, que favorecerán la construcción de las ideas del estudiante-investigador. Se concluyó provisionalmente que la imagen delegada a la Seguridad Pública es histórica y se perpetúa en el tiempo, reflejando el descuido con que se trata: sin inversiones, innovaciones significativas, etc. y que los efectos surgen de la corrupción, la falta de inteligencia y la opresión, y también porque no sigue el perfil social actual, buscando luchar por la fuerza y no trabajar solidaria y pacíficamente desde la racionalidad hasta la resolución de conflictos.

Palabras clave: Seguridad Pública. Imagen. Gestión.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A realidade brasileira é permeada de contradições, de direitos e deveres não cumpridos, que maculam a Carta Magna nas significativas linhas legais, acessível a todos. Muitas instituições são uma fonte de problemas, senão, de consequências pelas ineficiências não superadas, que se acomodaram no tempo...

A contemporaneidade reserva uma série de desafios constantes, cujas dificuldades vão criando um montante de possibilidades a serem superadas, entre elas, no âmbito social e de interesse de todos está a segurança pública, que é uma das formas de conter a violência, ou de coibi-la, para o qual estão designadas instituições e recursos humanos especializados em algumas funções. Mas no geral, a segurança pública não goza de uma imagem social positiva, pelo contrário, é umas um dos desafios a serem superados por aqueles que operam na realidade.

O objetivo desse tema delimitado é o de compreender a imagem social atual da segurança pública brasileira a partir de alguns recortes de publicações a respeito. Dessa forma se vai perceber a evolução no tempo e as impressões que marcaram essa condição até hoje.

Mas é preciso questionar: Quais aspectos contributivos corroboram com a imagem não tão positiva sobre a segurança pública no Brasil?

As relações entre polícia e sociedade tem sido um verdadeiro complexo a ser revertido para um clima mais ameno, pois há tempos que predominam estigmas, animosidades e confrontos nessa relação, devido a alguns fatores determinantes, entre eles, a corrupção, abuso de poder, assédios, investimentos não realizados que impedem a progressão de um serviço eficiente e que inspire confiança, além de questões políticas e culturais, entre tantos outros aspectos.

Tem-se anos de atuação profissional junto a uma casa prisional e se sabe que há muitas

configurações a serem aprendidas e adaptadas em serviço por diversos motivos; há proximidade com outros agentes que estão a serviço da lei, e nessa troca de vivências profissionais se vai percebendo a fragilidade das coisas afetando a todos, sem distinção, quando há dificuldades impostas a uma gestão mais assertiva e pontual para que a sociedade passasse a reconstruir uma nova imagem sobre a segurança pública. Então, foi pensando no próprio saber-fazer profissional quanto na realidade das instituições que surgiu esse momento para repensar o binômio segurança pública x sociedade, que vai acrescer ao amadurecimento dos conhecimentos que se está desenvolvendo junto à especialização em questão.

Para discutir e esclarecer é necessário um caminho de pesquisa, que aqui se segue a metodologia da pesquisa bibliográfica, sugerida por Deslandes, Cruz Neto e Minayo (1994), pois os autores aconselham para esse caso a revisão em publicações já realizadas para que se consiga

entender certas realidades já decodificadas, problemas apontados, entre outros recursos, que favorecerão a construção das ideias do aluno-pesquisador. A abordagem também se segue a sugestão do autor, que é do tipo *ex-post facto*, quando certas configurações do passado perduram e continuam a trazer resultados ou positivos ou negativos e o quanto isso influi no futuro, assim, se vai utilizar o motor de pesquisa do Google e buscar por publicações científicas pertinentes ao tema delimitado, especialmente no site *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), respeitando publicações entre os anos de 2010 até 2019.

Segue então o método, resultados e discussão dessa revisão que nos leva a repensar sobre a segurança pública e os aspectos que fazem a sociedade edificar uma imagem a seu respeito.

MÉTODO

MÉTODO

A discussão que se apresenta ao longo dessas páginas advém de um observatório de experiências vivenciadas por Policiais Penais atuantes no sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul. Esses agentes da segurança pública vêm ao longo de suas carreiras se especializando em assuntos que colaboram com o efetivo exercício de suas profissões, bem como para a construção de uma reflexão produtiva em relação à segurança pública e a imagem social construída nessa relação.

Vale destacar que os seis autores são atuantes da segurança pública, especificamente no sistema prisional, e os mesmos passaram por casas prisionais distintas, mas atualmente encontram-se no mesmo local de trabalho, isso se faz relevante tendo em vista as experiências diversas vivenciadas por cada um. Sendo assim, rodas de conversas e discussões periódicas sobre as situações já vivenciadas e seus reflexos sociais fizeram com que essa discussão fosse expressa, bem

como o embasamento nos estudos teóricos já realizados.

DISCUSSÃO

DISCUSSÃO

Violência sociedade e segurança pública

Para início de compreensão, à violência, Rocha (2017) expressa,

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma via, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 2017, p. 12)

Não se trata apenas de comportamento, mas condicionamento, cultura, estado emocional, condições de sobrevivência, entre tantos outros milhares de aspectos que fazem emergir ou corroborar essa configuração humana, que se manifesta por agressividade, assédio, mal-estar, etc., quando ser humano digladiada contra seu próprio semelhante ou investe dessa forma sobre as coisas, com motivo ou sem cuja a intenção é ferir, ofender, diminuir, inferiorizar para sua própria satisfação

ou de outrem.

Está-se cercado por motivações favoráveis à violência: a difícil manutenção da rotina familiar e no trabalho: abuso de poder, indiferença e desvalorização, por exemplo; no lazer se tem como diversão heróis e vilões preparados sob a forma de brinquedos ou histórias e filmes, o mundo virtual nem isso esconde entrelinhas, incitam à justiça e à guerra cuja violência é o ingrediente principal; nos relacionamentos de natureza profissional, familiar e outras se tem discórdias, conflitos e ausência de diálogo, solidariedade e compreensão; e assim é o cotidiano de uma sociedade que pede proteção ou que seja resguardada de muitas situações que remetem ao medo e ao adoecimento pela qualidade de vida cada vez mais alvo de algum tipo de violência.

Gavéria (2011) conclui em seu estudo que

[...] o território da violência se configura não só em torno de espaços, tempos, personagens e práticas específicas, senão também em contraposição a um "outro", no âmbito do

qual os sentimentos de medo representam elementos de fronteira. Quer dizer, as manifestações de medo denotam a construção social de fronteiras de um território, fundamentadas, paradoxalmente, em relações de alteridade e identidade com a violência (GAVÍRIA, 2011).

Pino (2020), em sua produção, discorre sobre três eixos: violência, educação e sociedade, e destaca que a violência usa de algumas roupagens no seu exercício, que são os crimes e transgressões, que é consequência de muitos fatores:

O conceito de violência é associado com relativa frequência aos de crime e agressão, sendo usados indistintamente, o que pode dar origem a graves equívocos, não só porque significam coisas distintas, mas também porque essa prática pode mascarar objetivos de natureza ideológica. Crime é um conceito de natureza legal que, em si mesmo, significa apenas um ato de transgressão da lei penal, o que assujeita seu autor a penas legais variáveis segundo as sociedades. Enquanto ato de transgressão, o crime não tem, em si mesmo, qualquer conotação de violência física, social ou moral, embora possa ser agregada a alguns desses atos em razão da forma de que eles se revestem (PINO, 2000).

Essa é uma classificação que a todo instante se depara na sociedade e num longo percurso histórico. Dos conflitos em que emerge algum tipo de violência, são os resultados fatais que a exclusão e o não atendimento das necessidades dos

cidadãos fazem aflorar, idem à ausência de educação, condições sanitárias, habitação, trabalho, etc. PINO (2020) também explica duas concepções para a natureza da violência em sociedade:

(1) no mundo animal, a sociabilidade, sob as múltiplas formas em que se apresenta, é um fenômeno natural, regido por determinantes genéticos próprios a cada espécie e pelas condições ambientais em que elas vivem ao longo da sua evolução e que implicam adaptações para conseguir a sobrevivência. Essa sociabilidade natural constitui, para o ser humano, pelas suas origens no reino animal, o fundamento de qualquer forma de organização social humana possível e que a história mostra terem sido várias; (2) que essas formas de organização social são obra do próprio homem e que, portanto, não são mais regidas, exclusivamente, por determinantes naturais, mas por determinantes de natureza histórica, qualquer que seja a fonte real de onde elas emanam (PINO, 2020).

Violência não é coisa ou comportamento inventado, é consequência motivada. Trata-se, segundo o autor, de um estado próprio da natureza humana, até mesmo ser integrante cultural entre os homens e sua forma de sobreviver; eis a razão, segundo o autor, da existência de limitadores para isso, que é o caso das leis, normas, regimentos e todo tipo de meio controlador social, porém, concebe-se que "[...] os impulsos agressivos naturais continuam existindo, sim, mas regulados

por mecanismos sociais de origem cultural e que tanto os impulsos, quanto esses mecanismos de controle têm significação para o indivíduo" (PINO, 2020).

Já Francisquini (2017) diz que, além de ser comportamento nativo humano por divisão de território, medição de forças, rivalidades e conquistas, e outros aspectos, também inclui dois elementos bem potenciais à deflagração da violência aprendida na história de qualquer sociedade, que são poder e dominação, desde as imposições históricas pela exploração, como foi o caso das invasões e barbáries cometidas por portugueses, ingleses e espanhóis à conquista do Brasil e suas riquezas – a violência é histórica e se perpetua por diversos motivos que a incitam.

O assédio moral é um dos eventos que mais repercute na sociedade contemporânea, legítimo caso de abuso de poder no trabalho ou em outros espaços; trata-se de um fenômeno que se fundamenta na significativa e danosa sobrecarga psicológica

que faz emergir transtornos diversos, levando sua vítima ao adoecimento:

As conseqüências danosas para o organismo submetido ao assédio moral não se limitam ao aspecto psíquico, mas invadem o corpo na sua condição fisiológica, e todo o organismo fica comprometido. Distúrbios passam a acontecer no aparelho digestivo (problemas gástricos, ulcerações, etc.); sobre o aparelho respiratório a falta de ar e a sensação de sufocamento pela diminuição do oxigênio [...]; nas articulações acontecem dores musculares, fraqueza, sudoração, tremores, dores nas costas e problemas de coluna; ao sistema psicoemocional deflagram-se ansiedades, ataques de pânico, depressão, dificuldade de concentração, insônia, perda de memória e vertigens, além de outros efeitos [...] ao coração surgem problemas que evoluem das simples palpitações e taquicardias para o fatal infarto do miocárdio [...]. O sistema imunológico se fragiliza e facilita os oportunistas adentrarem ao corpo sem dificuldade e se converterem em diversos tipos de infecções (HIRIGOYEN, 2010, p. 52).

Para Hirigoyen (2010) existem laços que se correspondem pelo discurso político, Estado e política, pois ali há o exercício de poder. O autor discute que o Estado é uma instituição monopolista e reivindica o controle em suas mãos para poder gerir a sociedade, e nas entrelinhas a violência também coopera para o estabelecimento e existência do Estado e das políticas como organizadores,

centralizadores e limitadores, que sem esses três termos a sociedade estaria comprometida.

A violência contra a mulher é outro paradigma da sociedade contemporânea. Soares (2015) diz que na grande maioria dos casos, a violência doméstica ou conjugal pode ser motivada pelo ato de controle e dominação do parceiro, condição que se falou antes ser próprio do homem: demarcar, possuir, mandar, delegar sobre a mulher, porém, a evolução, segundo o autor, não conseguiu "apagar" esse instinto natural; a violência contra a mulher são atos repetitivos que vão se acumulando e até seriam banais se atitudes legais não tentassem frear a prática de algum tipo de agressão física, moral ou psicoemocional – é um dos eventos negativos que ainda rondam a civilização moderna. A essa citação, está o reforço do instrumento legal mais recente sobre a defesa da mulher contra a violência doméstica, a Lei 11.340, que recebeu o nome de Maria da Penha, em vigor desde 7 de agosto de 2006: alterou o Código Penal Brasileiro e possibilitou

que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada, estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas, a legislação também aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos, a nova lei ainda prevê medidas que vão desde a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação da mulher agredida e filhos.

A sociedade tem como um dos seus componentes formadores a hereditariedade de valores, conhecimentos e culturas; a Psicologia já destaca que, desde o nascimento e em família, nas relações parentais, vão-se tecendo laços afetivos e experiências inéditas para estabelecer o amadurecimento do indivíduo, ao que denomina como "matriz de identidade", e na trajetória ao convívio social se estabelecem relações interpessoais, profissionais, culturais, sexuais etc. e ao que pertence à fase do "encontro" – que é a experiência que segue o desenvolvimento do indivíduo com os

outros, a convivência necessária para se estabelecer novos padrões além daqueles construídos em família (COLOMBO, 2012).

Debater sociedade é tarefa difícil, tamanha a complexa rede de relações tecidas para sua formação, envolvendo questões familiares, econômicas, políticas, culturais, e outros aspectos relevantes à sua existência. Colombo (2012) pontua em um de seus subtítulos na produção *Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo – Modernidade Líquida*, como se desenvolvem as relações humanas entre os sujeitos contemporâneos, afirmando que:

A vida moderna mostra como tudo é efêmero e vão, a cultura do vazio impulsiona a ação na busca irrefreada do prazer e do poder. O mundo está sempre cheio de novidades, os modelos de carros novos, os celulares, os computadores, a internet. A velocidade da transformação é muito rápida e violenta, instigando assim o ser humano a buscar sempre mais, a consumir ilimitadamente, caindo nas malhas do sistema de consumo sem pensar, transformando a adição de coisas em vício, tudo é poder e prazer (COLOMBO, 2012).

Esse excesso de atenção ao materialismo fez se sobressair o "ter é poder", e não ter e não poder pode, segundo o autor, uma das motivações à violência na atual sociedade contemporânea e

consumista.

Camargo (2014) declara que a sociedade convive lado a lado com injustiças sociais nos mais variados segmentos, devido as incompletudes e não atendimento às necessidades comuns aos cidadãos, quando as questões políticas e econômicas são as que mais impedem a estabilidade de um cenário social menos violento. Orson Camargo, professor de Sociologia e especialista em Teoria Clássica e Contemporânea, e em Sociologia Jurídica e Ciência Política, pontua:

Historicamente, os governos brasileiros gastaram mal os recursos destinados às áreas sociais. As políticas sociais não foram capazes de reverter o quadro de injustiça social que atinge milhares de brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza. Nos governos de FHC (1994-2002) e Lula (2003-2010), alguns programas sociais amenizaram a situação e tiraram apenas uma parte dos excluídos da situação de miséria. Porém, ainda há muito que fazer e muitos continuam desassistidos! (CAMARGO, 2020).

Essas injustiças sociais que se comentou também tem seu lado positivo, pois se a década de 80 representou um momento único para a cidadania, isso quer dizer que todo brasileiro

exerce o direito (senão a obrigação!) de se manifestar contra a exploração e os abusos, pois todos sabem que o Brasil e seus políticos marginalizam a condição daqueles que os elegeram; aqui se pode incluir a importância dos movimentos sociais, e das manifestações populares, se assim se pode dizer: pois os movimentos sociais, na prática, são a representação da sociedade como organização, que os utiliza como instrumentos de ação num contexto histórico específico, principalmente em relação à violência e qualidade de vida (CAMARGO, 2020).

Mauro e Pericás (2010) ensinam com propriedade:

Teoricamente podemos classificar os movimentos sociais em três categorias:

1) movimentos reivindicatórios; são movimentos presos a reivindicações imediatas, esforçam-se em pressionar instituições para alterar dispositivos que teoricamente lhes favoreciam. Têm um horizonte sem dúvida limitado, considerando que seus fins são relativamente simples e não vão além de demandas pontuais específicas. Ex. "Estou no vermelho" movimento de greve dos professores da Uel por melhorias salariais.

2) Movimentos políticos; tenta influenciar nos meios utilizados para se atingir os caminhos condutores a participação política direta. Também se esforçam, no decorrer do processo para mudar a correlação de forças, influenciando nos grandes debates travados com outros grupos adversários. Ex. Movimento das Diretas Já! 1984.

3) Movimentos de classe; seu intuito seria o de subverter a ordem social de um período determinado e, conseqüentemente, transformar as relações entre os diferentes atores do contexto nacional, assim como os meios de produção, fazendo avançar as exigências da classe em ascensão, em superação histórica e na sua pressão para se posicionar como elemento hegemônico no processo econômico e político do país. Ex. MST (movimento dos trabalhadores rurais sem-terra) (MAURO; PERICÁS, 2010).

A partir disso, se pode complementar que as causas da injustiça social no Brasil tem um contexto histórico, profundas e enraizadas graças a uma série de estratégias políticas; a cultura social brasileira assimilou e aceitou conviver com certo tipo de violência, a exemplo da submissão/omissão de manifestação pelo medo da repressão, acreditando ser possível o ajustamento de ideais libertários e democráticos com uma estrutura social completamente injusta, como a que vem se apresentando no decorrer do

tempo; poucos são os privilégios dedicados ao cidadão, isso está refletido na má qualidade do serviço público, como na oferta que o Estado dispõem, desobedecendo a própria Constituição (MAURO; PERICÁS, 2010).

Do passado à atualidade, são sabidas e diversas as pesquisas sociais que confirmam que a injustiça social atinge grupos específicos, trata-se de uma orquestra comandada por diversos tipos de violências, alimentada pelos interesses políticos que não premiam o trabalhador e cidadão brasileiro, das corrupções que forçam a um estado de coerção social até o derradeiro estrangulamento da paz social que se desejaria existir. As violências acontecem há séculos, veladas ou não, a exemplo do que ocorre com a mulher trabalhadora que recebe salários inferiores e é vítima de assédios, da questão do negro e da discriminação; da violência contra as minorias e pela opção sexual; da violência com o menor abusado e/ou negligenciado, além dos crimes comuns que

acontecem no espaço social, também ao exemplo dos roubos, depredação, violação de direitos, corrupção econômica e política, e assim por diante – esse é o espaço social contemporâneo, que também é preenchido por ações de enfrentamento e revoluções que nunca antes aconteceram, a partir de conquistas sociais.

A violência é ainda algo a ser estancado, e se depende da iniciativa política e estatal, com investimentos e ações que visem a formação de novas competências e habilidades dos agentes, além do emprego de tecnologias e de um sistema de educação e saúde geral, ao invés de se premiar grupos minoritários, enriquecendo-os e diminuindo-se as chances da paz social.

A segurança pública parece ser um dos eventos que mais se destaca através dos tempos: criticada, menosprezada, açoitada socialmente pelos efeitos poucos eficientes, porém, aqui não se trata de avaliar dados de publicações sobre pesquisas a campo, que tornam visíveis vários pontos isolados

do Brasil: discute-se a imagem da segurança pública a partir de algumas percepções, desenvolvidas com o objetivo de esclarecer o Estado, a sociedade e as instituições que nela influem.

Lima, Bueno e Mingardi (2016), em pesquisa e críticas tecidas à segurança pública no Brasil, concluíram que o sistema de justiça e segurança voltados à sociedade brasileira é frágil, ineficiente e fadigado por uma realidade social dividida em tantas outras paralelas, com antagonismos causados por injustiças e um estado de corrupção alarmante, com a existência de paradoxos cotidianos permeados com impunidades e privilégios, fazendo com que a sociedade descredite e perca a confiança nas leis e instituições – constatação de vários estudos e estatísticas por todo o país.

Há o reconhecimento de alguns indicadores que facilitam a leitura sobre a qualidade e desempenho da segurança pública no Brasil, como destaca a empresa CLP, reconhecida como instituição de

pesquisa por excelência:

O pilar de Segurança Pública é composto por oito indicadores, o primeiro deles é chamado de Atuação do Sistema de Justiça Criminal, e leva em conta a população prisional acusada de homicídios em relação ao número de homicídios.

O segundo, Presos sem Condenação, considera a proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos no estado. Já o terceiro, Déficit Carcerário, a relação vagas existentes X população prisional. E o quarto, chamado de Mortes a Esclarecer, o número de óbitos não esclarecidos por 100 mil habitantes [...] (CLP, 2020)

De acordo com a CLP (2020) ainda há os indicadores específicos sobre segurança no trânsito, que mede o número de mortes em acidentes de transporte terrestre por 100 mil habitantes; segurança pessoal, que considera o número de homicídios por 100 mil habitantes; e a segurança patrimonial, que leva em consideração o número de roubos e furtos de veículos por 100 mil veículos; há também o indicador sobre qualidade da informação de criminalidade, que computa estatisticamente melhorias referentes às mortes violentas e intencionais em cada Estado, delegando-se uma pontuação de 0 a 100.

A CLP (2020), nas suas pesquisas, tornou evidente que há dois Estados com melhor controle e desempenho, que se referem à Santa Catarina e São

Paulo, mesmo a mídia mostrando os conflitos paulistanos no seu cotidiano.

Especificamente sobre a imagem da segurança pública brasileira, ela sempre foi alvo de críticas derradeiras, pois conforme Cano (2016), os anos 80 e 90 foram os picos do crescimento da violência no Brasil, cuja responsabilidade são de políticas falhas que mais potencializam o crime do que os combate: "O cenário atual mostra o fracasso das políticas tradicionais de controle do crime e da violência que, em geral, são reativas, militarizadas e baseadas na repressão" (CANO, 2016).

A imagem devedora da segurança pública emerge das deficiências pela ausência de planejamento e investimentos objetivos e exclusivos; da formação de recursos humanos competentes e habilidosos e não-partidários; de arestas e herança de um passado autoritário, do histórico e desenfreado abuso sobre os direitos humanos, da corrupção institucional, e outras mazelas impactantes à

segurança e paz social. O autor ainda se refere à segurança pública à mercê de um modelo declinante, operada por dominadores, e mesmo com iniciativas inovadoras está difícil superar eventos do passado que se acomodaram no aparelho estatal e suas instituições.

Concorre à imagem predominantemente crítica à segurança pública, de acordo com Silva (2020), as políticas públicas de segurança, com problemas de gestão e de condições de trabalho: "Quais são os dois problemas fundamentais dos gestores na área da segurança pública? A corrupção e a truculência policial. Estes são os dois problemas com os quais os gestores da área de segurança se defrontam internamente" (SILVA, 2020, p. 73), questionamento que remete a vários outros, a exemplo de como lidar com os agentes que tratam diretamente na sociedade; ou do conhecimento da lei e sua aplicação que são exercidos de maneira subversiva ou privilegiada, maculando a máxima constitucional de que "todos são iguais perante a lei". Ainda, o autor critica

a questão da responsabilização do policial ou agente em ação, quando muitos têm privilégios e são libertos de crimes que cometem em serviço, aliando-se ao tráfico e sendo autores de chacinas, ou acusados de formação de quadrilha, entre outros crimes – é fato e realidade, segundo Silva (2020).

Silva (2020, p. 75) pergunta: "[...] qual é o problema da segurança?", pois, para ele, é um problema de empenho, envolvimento e investimento sobre um sistema defasado, com falta de recursos humanos (e preparados para tal função), além da burocracia; refere que há discursos de apoio falso-positivos que partem da classe política a respeito da coletividade policial e sugere:

[...]

1) tem que fazer uma reciclagem geral em todos os policiais; **2)** separar as maçãs podres das boas; **3)** Melhorar os salários; **4)** incorporar novas tecnologias; **5)** selecionar bem as pessoas que vão entrar na polícia, ou seja, uma seleção-formação [...] (SILVA, 2020, p. 76).

Com uma visão agressiva e objetiva, Silva (2020) espelha com suas opiniões uma imagem que se gostaria de descrever a respeito da segurança

pública brasileira, comprometida com antagonismos e dependente de um Estado e políticas que lhe pouco oferece apoio.

Destacando Lima (2019), que descreve a defasagem da segurança pública frente a uma sociedade assolada pela violência. O autor observa pouca evolução e tecnologia que aparelhasse melhor a segurança pública desde o ano de 2006:

[...] diversos programas, ações e políticas públicas que foram adotadas por estados e pela União nos últimos vinte anos na tentativa de contribuir para a redução dos homicídios, [...] com o objetivo de incrementar a eficácia e a eficiência do que já existe. Com exceção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), implementado em 2006 pelo governo federal [...] (LIMA, 2019).

O objetivo foi de um trabalho de restauração e transformação sobre os projetos de em gestão, que não visaram novas práticas ou remodelagem institucional, isso repercute muito no seio social, quando os entraves burocráticos e a falta de recursos obstaculiza a ação e eficiência que se desejava, segundo o autor; e mesmo com os

modernos discursos e novos direitos humanitários, a população sobre as consequências e efeitos de um trabalho estagnado e concorrente com a veloz marginalização e crimes que assola e se encontra a sociedade em geral.

Sobre a gestão da segurança pública, Silva (2020) desenvolve ideias bem significativas e coerentes com a realidade desta. Uma das primeiras passagens, o autor se mostra contrário a mudanças radicais no aparelhamento e competências de gestar tal instituição, pois a própria sociedade não conseguiria acompanhar uma nova prática inovadora; também, pontuou que se poderia repensar em gestão mais simples e menos onerosa, ou que se integrassem as capacidades e especialidades em segurança e policiamento num núcleo de cooperação para maior eficiência de trabalho e resposta à sociedade.

De certa forma, as críticas e sugestões emitidas refletem descontentamento e letargia social diante de um emaranhado complexo administrativo e de atuação da segurança pública,

que, ainda, na contemporaneidade, não corresponde a uma demanda crescente de violências e repressões, quando os aparelhos à disposição também não conseguem estabelecer trabalho e ações concatenadas por não reconhecer a cultura e comportamento social, operando numa outra frequência (SILVA, 2020).

A imagem da segurança pública no Brasil

A segurança pública parece ser um dos eventos que mais se destaca através dos tempos: criticada, menosprezada, açoitada socialmente pelos efeitos poucos eficientes, porém, aqui não se trata de avaliar dados de publicações sobre pesquisas a campo, que tornam visíveis vários pontos isolados do Brasil: discute-se a imagem da segurança pública a partir de algumas percepções, desenvolvidas com o objetivo de esclarecer o Estado, a sociedade e as instituições que nela influem.

Lima, Bueno e Mingardi (2016), em pesquisa e críticas tecidas à segurança pública no Brasil, concluíram que o sistema de justiça e segurança voltados à sociedade brasileira é frágil, ineficiente e fadigado por uma realidade social dividida em tantas outras paralelas, com antagonismos causados por injustiças e um estado de corrupção alarmante, com a existência de paradoxos cotidianos permeados com impunidades e privilégios, fazendo com que a sociedade

desacredite e perca a confiança nas leis e instituições – constatação de vários estudos e estatísticas por todo o país.

Há o reconhecimento de alguns indicadores que facilitam a leitura sobre a qualidade e desempenho da segurança pública no Brasil, como destaca a empresa CLP, reconhecida como instituição de pesquisa por excelência:

O pilar de Segurança Pública é composto por oito indicadores, o primeiro deles é chamado de Atuação do Sistema de Justiça Criminal, e leva em conta a população prisional acusada de homicídios em relação ao número de homicídios.

O segundo, Presos sem Condenação, considera a proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos no estado. Já o terceiro, Déficit Carcerário, a relação vagas existentes X população prisional. E o quarto, chamado de Mortes a Esclarecer, o número de óbitos não esclarecidos por 100 mil habitantes [...] (CLP, 2020)

De acordo com a CLP (2020) ainda há os indicadores específicos sobre segurança no trânsito, que mede o número de mortes em acidentes de transporte terrestre por 100 mil habitantes; segurança pessoal, que considera o número de homicídios por 100 mil habitantes; e a segurança

patrimonial, que leva em consideração o número de roubos e furtos de veículos por 100 mil veículos; há também o indicador sobre qualidade da informação de criminalidade, que computa estatisticamente melhorias referentes às mortes violentas e intencionais em cada Estado, delegando-se uma pontuação de 0 a 100.

A CLP (2020), nas suas pesquisas, tornou evidente que há dois Estados com melhor controle e desempenho, que se referem à Santa Catarina e São Paulo, mesmo a mídia mostrando os conflitos paulistanos no seu cotidiano.

Especificamente sobre a imagem da segurança pública brasileira, ela sempre foi alvo de críticas derradeiras, pois conforme Cano (2016), os anos 80 e 90 foram os picos do crescimento da violência no Brasil, cuja responsabilidade são de políticas falhas que mais potencializam o crime do que os combate: "O cenário atual mostra o fracasso das políticas tradicionais de controle do crime e da violência que, em geral, são reativas,

militarizadas e baseadas na repressão" (CANO, 2016).

A imagem devedora da segurança pública emerge das deficiências pela ausência de planejamento e investimentos objetivos e exclusivos; da formação de recursos humanos competentes e habilidosos e não-partidários; de arestas e herança de um passado autoritário, do histórico e desenfreado abuso sobre os direitos humanos, da corrupção institucional, e outras mazelas impactantes à segurança e paz social. O autor ainda se refere à segurança pública à mercê de um modelo declinante, operada por dominadores, e mesmo com iniciativas inovadoras está difícil superar eventos do passado que se acomodaram no aparelho estatal e suas instituições.

Concorre à imagem predominantemente crítica à segurança pública, de acordo com Silva (2020), as políticas públicas de segurança, com problemas de gestão e de condições de trabalho: "Quais são os dois problemas fundamentais dos gestores na área

da segurança pública? A corrupção e a truculência policial. Estes são os dois problemas com os quais os gestores da área de segurança se defrontam internamente" (SILVA, 2020, p. 73), questionamento que remete a vários outros, a exemplo de como lidar com os agentes que tratam diretamente na sociedade; ou do conhecimento da lei e sua aplicação que são exercidos de maneira subversiva ou privilegiada, maculando a máxima constitucional de que "todos são iguais perante a lei". Ainda, o autor critica a questão da responsabilização do policial ou agente em ação, quando muitos têm privilégios e são libertos de crimes que cometem em serviço, aliando-se ao tráfico e sendo autores de chacinas, ou acusados de formação de quadrilha, entre outros crimes – é fato e realidade, segundo Silva (2020).

Silva (2020, p. 75) pergunta: "[...] qual é o problema da segurança?", pois, para ele, é um problema de empenho, envolvimento e investimento sobre um sistema defasado, com falta de recursos humanos (e preparados para tal função), além da

burocracia; refere que há discursos de apoio falso-positivos que partem da classe política a respeito da coletividade policial e sugere:

[...]

1) tem que fazer uma reciclagem geral em todos os policiais; 2) separar as maçãs podres das boas; 3) Melhorar os salários; 4) incorporar novas tecnologias; 5) selecionar bem as pessoas que vão entrar na polícia, ou seja, uma seleção-formação [...] (SILVA, 2020, p. 76).

Com uma visão agressiva e objetiva, Silva (2020) espelha com suas opiniões uma imagem que se gostaria de descrever a respeito da segurança pública brasileira, comprometida com antagonismos e dependente de um Estado e políticas que lhe pouco oferece apoio.

Destacando Lima (2019), que descreve a defasagem da segurança pública frente a uma sociedade assolada pela violência. O autor observa pouca evolução e tecnologia que aparelhasse melhor a segurança pública desde o ano de 2006:

[...] diversos programas, ações e políticas públicas que foram adotadas por estados e pela União nos últimos vinte anos na tentativa de contribuir para a redução

dos homicídios, [...] com o objetivo de incrementar a eficácia e a eficiência do que já existe. Com exceção do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), implementado em 2006 pelo governo federal [...] (LIMA, 2019).

O objetivo foi de um trabalho de restauração e transformação sobre os projetos de em gestão, que não visaram novas práticas ou remodelagem institucional, isso repercute muito no seio social, quando os entraves burocráticos e a falta de recursos obstaculiza a ação e eficiência que se desejava, segundo o autor; e mesmo com os modernos discursos e novos direitos humanitários, a população sobre as consequências e efeitos de um trabalho estagnado e concorrente com a veloz marginalização e crimes que assola e se encontra a sociedade em geral.

Sobre a gestão da segurança pública, Silva (2020) desenvolve ideias bem significativas e coerentes com a realidade desta. Uma das primeiras passagens, o autor se mostra contrários a mudanças radicais no aparelhamento e competências de gestar

tal instituição, pois a própria sociedade não conseguiria acompanhar uma nova prática inovadora; também, pontuou que se poderia repensar em gestão mais simples e menos onerosa, ou que se integrassem as capacidades e especialidades em segurança e policiamento num núcleo de cooperação para maior eficiência de trabalho e resposta à sociedade.

De certa forma, as críticas e sugestões emitidas reflete descontentamento e letargia social diante de um emaranhado complexo administrativo e de atuação da segurança pública, que, ainda, na contemporaneidade, não corresponde a uma demanda crescente de violências e repressões, quando os aparelhos à disposição também não conseguem estabelecer trabalho e ações concatenadas por não reconhecer a cultura e comportamento social, operando numa outra frequência (SILVA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão em Segurança Pública se torna alvo e não apoio quando se continua a evidenciar os mesmos problemas do passado, demonstrando pouca evolução e assistência efetiva pelos seus aparelhos e recursos humanos.

Os problemas com a imagem negativa e críticas à segurança pública em geral emergem de problemas de ordem política, econômica, tecnológica e de formação de competências, senão, como fator principal, da incapacidade de acompanhar uma sociedade permeada de problemas que ancoram os diversos tipos de problemas, por isso que em gestão nessa área deve ser criativa, compactuada e comprometida com o perfil social, e ao invés de enfrentar se deveria trabalhar uma gestão que capacitasse à formação de aliança social, assim a população abandonaria seu estado de passividade e de mera espectadora para auxiliar e ter voz junto às ações em segurança pública e na solução dos

muitos fatos e violências que lhe assolam.

A questão da integração das polícias judiciárias e ostensivas, além de outros aparelhos operacionais, a exemplo da Polícia Federal, poderiam repercutir melhor e corresponderia, talvez, a uma imagem mais robusta e capacitada frente a sociedade e seus problemas e dilemas, assim como se poderia gestar a segurança pública a partir de um *accountability*, com objetividade na exposição à sociedade dos resultados obtidos pelos órgãos policiais, fazendo dela uma ferramenta balizadora das suas ações, facilitando a localização de pontos frágeis a serem superados.

Dessa forma, gestar segurança pública em prol de uma imagem mais correspondente e menos crítica por parte da sociedade, empreende em transformações e limitações, com dispositivos punitivos mais rigorosos e com menos privilégios, onde a capacidade de armar desse lugar à racionalidade.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Orson. Injustiça social. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/fome-miseria-altos-impostos.htm>. Acesso em 04 de abril de 2020.

CANO, Ignácio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. Sur, Rev. int. direitos human. vol.3 no.5 São Paulo Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000200007. Acessos em: 04-05 de abril de 2020.

COLOMBO, Maristela. Modernidade: a construção do sujeito contemporâneo e a sociedade de consumo. Rev. bras. psicodrama. 2012, vol.20, n.1, pp. 25-39. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-53932012000100004&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 03-04 de abril de 2020.

CLP. O complexo tema da Segurança Pública no Brasil. Disponível em: <https://www.clp.org.br>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

GAVÍRIA, MR. Medo ao poder e poder do medo na construção de um território de violência. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., e RUSSO, M. Violência

e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

HIRIGOYEN, M. F. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2010.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. Revista Direito GV, São Paulo, V. 12 n. 1, p. 49-85, Jan/Abr 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n1/1808-2432-rdgv-12-1-0049.pdf>. Acessos em: 03-04 de abril de 2020.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. Estud. av. vol.33 no.96 São Paulo May/Aug. 2019 Epub Aug 12, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200053. Acesso em: 04 de abril de 2020.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. Educ. Soc., vol.28, n.100, pp.763-785. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 de abril de 2020.

SILVA, J. Questões atuais em segurança pública. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/c46v3/pdf/costa-9788523212322-05.pdf>. Acessos em: 04-05 de abril de 2020.

SILVA, Wellington Clay Porcino. A gestão da Segurança Pública no Brasil. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/41508/a-gestao-da-seguranca-publica-no-brasil>. Acessos em: 04-05 de abril de 2020.

SOARES, Barbara M. Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability, 58
Ações, 53
Agentes, 39
Aliança social,, 57
Âmbito social, 18
Antagonismos, 45
Aparelho estatal, 43, 51
Assédio moral, 31
Ato de controle, 32
Atualidade, 38

B

Boas práticas, 10
Brasil, 10
Brasileiro, 35

C

CLP, 49
Complexo administrativo,
55
Comportamento, 29
Comportamento social, 47
Concorrente, 54
Condições sanitárias, 29
Configuração humana, 26
Controlador social, 29

Cooperação, 55
Crime, 28
Críticas, 40, 55
Cultura, 47

D

Debate, 10
Deveres, 18
Direitos, 18
Discurso político, 31
Discussão, 23
Distúrbios, 31
Domicílio, 33

E

Eficiência, 55
Entraves burocráticos,
54
Especialistas, 10
Estado, 53
Estatual, 39
Experiências, 23
Ex-post facto, 21

F

Formação de quadrilha,
44
Frágil, 48

G

Gestão, 14
Gestar, 46
Gestores, 52
Google, 21
Grupos minoritários, 39

H

Histórias, 27
Homicídios, 45
Humanitário, 46

I

Imagem, 14
Imagem social, 9
Indicadores, 40
Iniciativa política, 39
Insegurança, 9
Insights, 10
Instituições, 9
Instrumento legal, 32
Investimentos, 39

L

Letargia, 46
Limitações, 58
Linhas legais, 18

M

Mídia, 42

Modernidade Líquida, 34
Mortes violentas, 50
Motivações, 34
Movimentos de classe, 37
Movimentos políticos, 37
Movimentos
 reivindicatórios, 36

N

Núcleo, 55

O

Omissão, 37
Orbe brasileiro, 10
Ordem política, 57
Órgãos policiais, 58

P

Policial, 52
Policiamento, 55
Políticas, 34, 53
Políticas tradicionais,
 42
Pontos frágeis, 58
População, 46, 57
Prática inovadora, 55
Privilégios, 58

Q

Qualidade de vida, 36

R

Realidade, 18
Realidade brasileira, 18
Reciclagem, 44
Recursos humanos, 51
Reflexão produtiva, 23
Reflexos sociais, 23
Relações interpessoais,
33
Repressões, 47
Responsabilidade, 50
Robusta, 58

S

Saber-fazer, 20
Salários inferiores, 38
SCIELO, 21
Segurança no trânsito,
41
Segurança pública, 9
Serviço eficiente, 19
Sistema defasado, 52
Sociedade, 9
Sociedade contemporânea,
30
Submissão, 37

T

Teoria Clássica, 35
Território, 30

Trajetória ao convívio,
33
Transformações, 58
Transporte terrestre, 49
Truculência, 52

V

Violência, 27

QBL



9786584809741